

PENSAMENTO HEGEMÔNICO *VERSUS* EMANCIPAÇÃO:
REPENSANDO A ATUALIDADE DE CELSO FURTADO

REGINA MARIA A. F. GADELHA¹

Resumo: O artigo expõe a necessidade de retomar o estudo da obra de Celso Furtado em sua metodologia inovadora em que prega, desde os anos 50, a necessidade de elaboração de um projeto de desenvolvimento, baseado na realidade latino-americana e brasileira. Economista consagrado, Celso Furtado propõe novas alternativas para a superação do subdesenvolvimento, questionando a validade das teorias elaboradas a partir dos estudos sobre a realidade dos países desenvolvidos.

Palavras-chave: Metodologia e Teoria econômica; Teoria histórico-estruturalista; Crescimento econômico; Desenvolvimento/Subdesenvolvimento.

Abstract: This article intends to recover some Celso Furtado's masterpiece studies and his innovated methodology. He reveals since the 50's the need to elaborate an alternative project relied on the Brazilian and Latin American reality. Honorable economist, Celso Furtado proposes new alternatives to overcome the underdevelopment and also discuss the validity of the theories elaborated for the developed countries reality.

Key words: Methodology and Economic Theory; Historical Structuralism Theory; Economic Growth; Development/Underdevelopment.

1. Introdução

A atualidade do pensamento de Celso Furtado nos oferece a oportunidade de repensar os meios e os fins da Ciência Econômica, visan-

¹ Doutora em Ciências Humanas-USP, Pós-doutorado na Université Paris-X, França, é Professora Titular da FEA-PUC/SP e do Programa de Estudos Pós-graduados em Economia Política-PUC/SP.

do restabelecer a dignidade do ser humano colocado acima das forças do mercado. Em um país como o nosso, de profundas desigualdades, não se pode desconhecer a responsabilidade socialmente comprometida de cada intelectual e cientista, ao elaborar projetos e formular políticas econômicas.

De fato, para Celso Furtado, a finalidade última do cientista econômico é sua capacidade de pensar e desenvolver o instrumental de planificação econômica, voltada para o desenvolvimento. Conhecimento que justifica e dá razão à existência dos cursos de Economia no país, diferenciando-os de outras áreas do conhecimento, tais a formação de gerentes e administradores de empresas pública ou privada, próprio de cursos de administração de empresas e contábeis. Esta questão se prende à formulação já levantada por Furtado, no bojo da crise de 1998: “*Que margem de autonomia nos resta para interferir no desenho de nosso porvir como nação?*” (1999: 9). Nos idos de 1962 a indagação fora: “*Até que ponto os instrumentos de análise apropriados pelo economista podem ser utilizados para a adequada formulação de uma política econômica em nosso país?*”.

Raros economistas no Brasil tiveram, como Celso Furtado, a capacidade para elevarem mais a Economia, ressaltando a importância do papel social dos economistas e insistindo tanto na metodologia da Ciência Econômica como na necessidade de se pensar a especificidade desta ciência, em função da nossa própria realidade social. Porém, ele não se refere à ciência como uma forma de diletantismo pedante, e sim à ciência comprometida com a sociedade, sobressaindo a enorme responsabilidade que têm os economistas dos países periféricos de ‘pensarem’ a elaboração de modelos específicos, relacionados com a realidade destes países e as necessidades diferenciadas de cada sociedade.

São vários os textos de Celso Furtado que abordam este tema. Neles o autor insiste na necessidade de elaboração de novos paradigmas e modelos capazes de adequarem o planejamento econômico ao crescimento necessário da economia, rompendo os bloqueios ao desenvolvimento, abandonando a via do atraso próprio às mentalidades colonizadas, que tanto têm marcado os homens políticos que conduzem a nação brasileira. Alguns dos textos teórico-metodológicos mais importantes encontram-se nas seguintes obras: *A Pré-Revolução brasileira*

(1962); *Um Projeto para o Brasil* (1968); *A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina* (1973); *O mito do desenvolvimento econômico* (1974); *Prefácio à Nova Economia Política* (1976); *Os ares do mundo* (1991); *O longo amanhecer* (1999).

2. Por que retomar o enfoque histórico-estruturalista

Aprendemos, nas Faculdades de Ciências Econômicas, que esta ciência se formalizou ao mesmo tempo em que o desenvolvimento da economia capitalista, segundo os paradigmas elaborados pelas Ciências positivas. O método destas ciências, institucionalizado pelo matemático francês Augusto Comte, na metade do século XIX, foi celebrado pelo economista inglês John Stuart-Mill, em seu *Manual de Economia Política (Principles of Political Economy)*, utilizado em todos os cursos de economia até a década de 1920.

No Brasil, o ensino desta ciência foi introduzido pelo brasileiro Visconde de Cairu, ministro de D.João VI, nascendo sob o marco do reacionarismo agrário, conservador e mercantilista do seu autor, que subordinou o país aos ditames do pensamento e dos interesses ingleses. Infelizmente Cairu, cujas idéias retrógradas e colonialistas são elogiadas, no Brasil, até os dias atuais por algumas correntes, em nada recorda a força do nacionalismo desenvolvimentista norte-americano do século XIX, representado por autores como Alexander Hamilton ou Henri-Charles Carey, que condenaram a célebre teoria das vantagens comparativas de David Ricardo, porque de cunho colonialista.² Nem se encontra nele a força de um Lutz, por quem se pautaram os dirigentes alemães.

O que é, porém, a Economia Política? Toda ciência trabalha com esquemas conceituais, elaborados e testados com base na observação

² H. C. Carey (1793-1879), assessor do Presidente norte-americano John Quincy Adams (1856), defendeu, em seus trabalhos e pronunciamentos, o protecionismo externo e o liberalismo interno para os Estados Unidos, expondo em *Princípios da Ciência Social* (1861), que o livre-cambismo proposto como prática pela Grã-Bretanha, revelava a necessidade desta nação subjugar as demais. Segundo esta crítica, os britânicos pretendiam transformar a teoria das vantagens comparativas em verdadeiro paradigma de dominação colonial.

Regina Maria A. F. Gadelha

do fenômeno que estuda. Marx indica na *Ideologia Alemã* que o laboratório do cientista econômico não é o universo idealizado e sim o mundo objetivo e objetivado. Em seus trabalhos sobre o Método da Economia, Furtado reconhece, como necessária, a observação disciplinada da realidade objetiva. Porém esta é uma tarefa difícil, dada a permanente mutação a que a realidade está sujeita, ainda mais quando se trata de Economia Política. Segundo observa, é impraticável o economista captar a realidade em toda a sua complexidade. Assim, torna-se indispensável saber destacar ou abstrair o essencial do que a realidade econômica tem de mais permanente ou que lhe é mais representativo (2.e. 1962: 94).

Observar o mundo real, de alguma forma é saber esquematizá-lo ou simplificá-lo. Por isso, escreve:

“[...] a objetividade que se exige do economista consiste exatamente em compreender que o fenômeno econômico não pode ser captado fora de seu contexto e que para situá-lo nesse contexto são necessários juízos de valor que pressupõem a aceitação de princípios.” (Idem. Idem: 81).

A trajetória da formação e a definitiva tomada de consciência encontram-se relatadas na trilogia autobiográfica de Celso Furtado (1997. 3.v.), em que ele descreve a evolução de seu pensamento a partir dos primeiros contatos que teve com a Europa, durante a Segunda Guerra Mundial e, em seguida, aperfeiçoando os estudos em Paris. Relata a importância da experiência na CEPAL, quando elabora os primeiros estudos econômicos sobre a América Latina, marco da ruptura com a dependência e a adoção acrítica dos princípios do pensamento neoclássico e a busca da formulação de uma nova teoria econômica, voltada para a realidade específica do continente latino-americano. Trajetória de economista e humanista, sempre marcada por coerência ético-política e preocupado em demonstrar que os obstáculos ao conhecimento das economias latino-americanas provêm menos da pobreza dos dados de informação empírica disponíveis do que da inadequação dos esquemas teóricos ensinados em nossas universidades.

Não que as informações dispensadas nas academias sejam inúteis: o jovem que sai das universidades, escreve, possui conhecimento bastante completo sobre a teoria dos preços e sobre a teoria do

comportamento do consumidor e do equilíbrio da firma, em seus vários níveis de complexidade. Aprende e conhece as múltiplas facetas das teorias monetárias, as várias teorias econômicas e doutrinas sobre o ciclo econômico e as crises. Sabe construir esquemas abstratos determinando o ponto de equilíbrio da balança de pagamentos e aprende a utilizar o modelo keynesiano, combinando o multiplicador com o acelerador, a poupança e os investimentos necessários à retomada de um crescimento econômico qualquer. Porém, ao se enfrentar com o mundo real, nem sempre está preparado para exercer o seu papel. Na empresa, logo verá que a análise marginal aprendida pouco terá de alcance prático e que lhe fará falta a formação recebida por qualquer administrador de empresas, para compreender as limitações da máquina administrativa e as nuances fiscais, que atrapalham a vida das empresas. Realidades longínquas às de seu aprendizado sobre a firma teórica. Por outro lado, se for trabalhar no setor público, logo perceberá o muito que tem para aprender: *“O que tem ocorrido em Economia, escreve, é que uma teoria, formulada para explicar determinada realidade com limites no tempo e no espaço, é correntemente transformada em doutrina de validade universal”*. (Idem. Idem: 93-7).

Furtado introduz assim as noções de *‘tempo’* e *‘espaço’* na validade das teorias econômicas. Para ele, entretanto, elas não são doutrinas, ao contrário do que acreditava Arthur C. Pigou, no início do século XX. Uma doutrina não se contesta. Esvaziada do contexto local e temporal, a *‘doutrina’* se cristaliza. A teoria, não. Assim, um dos desafios para o jovem economista é que as teorias ensinadas e aprendidas nas escolas se baseiam na construção de modelos de extrema simplificação, bem longe da realidade do mundo real em que se vive. Furtado também descobrirá que os diferentes modelos simplificados, referentes às diversas teorias correntes, macro e microeconômicas, foram quase todos elaborados para explicar comportamentos e realidades totalmente distintos dos de uma sociedade como a nossa: *“[...] uma teoria formulada para explicar o comportamento da balança de pagamentos dos Estados Unidos, p. ex., quando universalizada, transforma-se em mera doutrina que pode servir para justificar determinadas políticas, mas não para explicar a realidade de um país qualquer.”*(Ibidem: 96-7).

Verdade que para ele se concretiza na CEPAL, em 1949, ao ler um texto inédito de Prebisch, escrito às vésperas da Conferência de

Havana.³ Recordando-se do impacto despertado por este trabalho, Furtado testemunha:

“O ponto de partida era um grito de guerra. [...]. O ataque à ordem internacional existente e a seus ideólogos era direto: nessa ordem não cabia industrialização dos países novos. Reconhecia-se que nós, latino-americanos, estávamos longe de ter uma correta interpretação teórica da realidade, mas já sabíamos que para obtê-la era necessário abandonar a ótica dos centros mundiais. Com um claro gesto na direção da nova geração, assinalava a carência de economistas capazes de penetrar com critério original os fenômenos concretos latino-americanos. E acrescentava enfático que não bastava enviá-los às universidades da Europa e dos Estados Unidos, pois uma das falhas mais sérias de que padece a teoria econômica geral, contemplada da periferia, é seu falso sentido de universalidade.” (1997. v..2: 154)..

Infelizmente, ainda em nossos dias, são poucos os economistas brasileiros que se lembram de refletirem sobre a realidade do nosso país e continente. Um país que, embora com grandeza territorial e riquezas, encontra-se submetido e preso a contingenciamentos e restrições externas de diversas origens: interesses oligárquicos e individualistas, ausência de identidade e nacionalidade, oportunismo político, ignorância. Entre outros aspectos, as conhecidas restrições financeiras e o FMI apenas externam a ponta do *iceberg* que bloqueia o nosso desenvolvimento e nos impede de realizar o crescimento necessário. Não por acaso o crescimento atingido, graças às políticas econômicas adotadas do I PND ao mais recente Plano Real, ou mes-

³ Prebisch, R. “El desarrollo econômico de la América Latina y algunos de sus principales problemas” (1949). In: *La obra de Prebisch en la CEPAL*. (1982). Furtado esclarece: “Não tive dúvida de que aquele documento poderia vir a ser um tournant no pensamento político-econômico na América Latina, pelo que continha e por quem o escrevia. Procurei Prebisch, que se aprestava para embarcar para Havana, e lhe pedi autorização para traduzi-lo para o português e publicá-lo na *Revista Brasileira de Economia*. Essa a razão pela qual foi na versão em língua portuguesa que o famoso ‘manifesto’ fundador da escola cepalina teve sua primeira ampla difusão.” (Idem. Ibidem: 157).

mo a ausência de planejamento dos dias atuais tem se dado através da desmedida exploração dos recursos naturais e do trabalho, de alto custo social, incidindo sobre as camadas médias e sobre todos os trabalhadores. Devemos recordar que nos últimos anos houve piora relativa e absoluta das condições de vida, resultante da ação de um Estado que premia preferencialmente os investimentos privados e supérfluos, de oligarquias e elites nacionais associadas ao capital financeiro internacional, gerando a maior concentração de renda de toda a história do país.

Diante da ausência da elaboração de um corpo teórico ou de variantes capazes de contrapor ao pensamento hegemônico e explicar o comportamento do desenvolvimento heterogêneo e incompleto ou bloqueado das economias periféricas, de acumulação restrita e tardia, Celso Furtado insiste no avanço representado pelo método histórico-estrutural analítico cepalino. Entretanto, não se trata de uma teoria e sim um método, que procura observar para melhor compreender de forma sistemática a realidade econômica do mundo real, nacional e internacional. Ele indica como saber retirar da realidade, com os meios disponíveis no país, os elementos necessários à sua representação em termos econômicos. Segundo Furtado, o conhecimento deste método científico é mais importante do que todo o refinado arcabouço teórico dos mais sutis modelos escolásticos, porque *“Em economia, explicam-se dez para poder prever um, e o que se logra prever é sempre o mais geral, i.é, aquilo que é comum a uma multiplicidade de fenômenos e, portanto, tem um caráter histórico limitado. Em outras palavras: aquilo que é mais específico de uma determinada realidade, é o que mais dificilmente pode ser previsto.”* (1962. Op.cit. p.198).

Face à complexidade real da sociedade brasileira, mesmo o economista, que se quer mais heterodoxo, logo verá que os caminhos que lhe foram ensinados serão de muito pouco valia. Daí ser necessário que ele possua, ademais de uma sólida base metodológica e clara compreensão do método científico, capacidade para pensar de forma crítica e independente, por sua própria conta, de forma a poder elaborar o que chama de *“alto projeto social”*. Ou seja, um projeto capaz de reduzir as desigualdades extremadas existentes, não apenas em relação às diferenças entre pessoas, níveis de riqueza e apropriação dos frutos do progresso, como ainda àquelas existentes entre as várias regiões do país.

Regina Maria A. F. Gadelha

De fato, o pensamento de Celso Furtado permanece coerentemente ligado ao compromisso inicial de sua vida, voltado para o desenvolvimento econômico do Brasil e da América Latina. Compromisso do qual ele jamais se desviou, mesmo quando, ainda jovem, conquistou os mais elevados cargos técnicos e burocratas do país: idealizador e primeiro Superintendente da SUDENE, agência de fomento criada para o desenvolvimento do Nordeste e, logo depois, nomeado para o prestigioso cargo de Ministro do recém-criado Ministério do Planejamento, durante o governo João Goulart (1962-1964). Obrigado a se exilar do país em 1965, manteve-se ativo na França como professor permanente da mais prestigiosa universidade francesa - a Sorbonne - escrevendo, lecionando também em outras Universidades da Europa e dos Estados Unidos até o retorno do exílio, no início dos anos 80.

Durante as duas décadas de exílio, sua atuação foi mundialmente prestigiada e influente, exceto no Brasil, onde somente nos anos mais recentes a Universidade redescobriu a força de seu pensamento, voltando a estudar seus textos e a prestigiar a sua pessoa.

3. A atualidade das contribuições de Celso Furtado

A teoria histórico-estruturalista, formulada por Celso Furtado e Raúl Prebisch, na CEPAL, é considerada a única teoria econômica da América Latina a figurar nos mais recentes manuais de história do pensamento econômico (Albertini & Silem. 1998). Na verdade, Furtado e Prebisch contribuíram, juntamente com outros teóricos como Samir Amin, Arghiri Emmanuel e o norte-americano André Gunder Frank, para demonstrar que o subdesenvolvimento, característica dos países do Terceiro Mundo, não pode ser considerado como mero atraso do desenvolvimento do capitalismo tardio. O subdesenvolvimento é uma consequência da forma como se processou a exploração da periferia pelo centro (países desenvolvidos), cujas raízes se encontra no choque ocorrido entre dois tipos de sociedade e de economias. Segundo esta interpretação, países como a Inglaterra, França e Alemanha jamais foram subdesenvolvidos. Graças à acumulação prévia, propiciada pelas regiões periféricas coloniais, nestes países

o progresso técnico foi rápido, baseado em estrutura produtiva diversificada e tecnicamente homogênea.

A revisão mais recente do processo do desenvolvimento e dos conceitos Centro e Periferia, elaborados por Gunnar Myrdal (prêmio Nobel de 1974)⁴, foi efetivada pelos estudos e pelas bases empíricas construídas por Raúl Prebisch (1964) e por Celso Furtado (1968 e 1970), provocando enorme avanço no conhecimento da dinâmica das estruturas e do imperialismo. Este avanço muito se deve também aos importantes trabalhos de Arghiri Emmanuel (*A troca desigual*, 1970), de Samir Amin (*O desenvolvimento desigual*, 1972) e André Gunder Frank (*Desenvolvimento e subdesenvolvimento da América Latina*, 1968).

Ao longo de todos estes anos, porém, Celso Furtado foi dos raros intelectuais brasileiros que não se desviaram do rumo inicial, deixando corromper-se pelo dinheiro ou pelo poder. Íntegro, reitera sempre o compromisso inicial assumido com a Ciência Econômica e o país, insistindo para que os economistas mais jovens o acompanhem.

De fato, *Economia também é Poder*. Esta questão afeta todos os níveis da vida moderna e diz respeito, na América Latina, a cinco conceitos fundamentais: *imperialismo, hegemonia, dominação, exploração, colonialidade*, sem os quais se torna impossível a compreensão dos atuais conflitos pela disputa do controle hemisférico e dos espaços econômicos e políticos, abrangendo as relações de trabalho entre os povos, sua produção, recursos e produtos, processos simultâneos e que não podem ser separados. Nesse contexto, dois aspectos necessitam serem definidos e analisados (Gadelha. 2003):

1. O Capitalismo, como padrão de dominação internacional e, dentro dele, o Imperialismo, em tanto que forma inalienável ao sistema.
2. O Estado, expressão da coletividade e forma de controle da autoridade da nação. O que inclui as várias formas de democracia e a permissão de manifestações democráticas, presente na atual sociedade brasileira.

⁴ Ver Myrdal, G. *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. Rio de Janeiro: MEC/ISEB, 1960.

Daí a insistência de Celso Furtado sobre a necessidade de fortalecimento do Estado e seu poder de decisão. Entendemos, porém, que defender as instâncias nacionais e regionais do Estado significa não se deixar seduzir ou cooptar pelas várias formas de dependência colonial ou *colonialidade do poder*⁵ (Quijano, A. 1988; 2000), que ressurgiram no Brasil (e na América Latina), com intensidade variável, desde os anos 1980.

Segundo Furtado, o ideário neoliberal, progressivamente implantado ao longo das duas últimas décadas, representa um movimento regressivo de retorno às práticas livre-cambistas e aos princípios liberais do século XIX, instrumentos da dominação imperialista e que subordinam a nação. (1987; 1998). O 'novo' ideário neoliberal, centrado na idéia da auto-regulação dos mercados, que tudo reduz à automação dos mecanismos da oferta e da demanda, defende o consenso em torno do estado mínimo social, em evidente contradição com a ativa intervenção governamental de condução de políticas estabilizantes e salvaguardas às ações dos investidores do mercado financeiro internacional. Traduzindo, o ideário neoliberal adotado pelos países periféricos, pertence, em sua matriz econômica, à mesma superestrutura ideológica que acompanha a expansão do capitalismo dos países centrais sobre as diferentes regiões periféricas do globo. Este capitalismo se traduz no retorno às práticas de dominação colonialista, implantadas com base nas decisões políticas econômicas, adotadas por economistas e sociólogos adestrados, à frente das decisões assumidas pelos governos dos Estados periféricos. Assim, não é de admirar que a adoção destas políticas econômicas se traduza na ampliação do *apartheid social*, com o agravamento de todos os indicadores de pobreza: desnutrição, mortalidade infantil, desemprego, sem-tetos, em níveis muito próximos aos dos anos 30, anteriores à II Guerra Mundial.

A pergunta que devemos formular, porém, é até que ponto os instrumentos de análise macro e microeconômicos, ensinados nas Universidades brasileiras, são adequados à formulação de uma correta política de desenvolvimento? Do ponto de vista das políticas

⁵ O conceito de '*colonialidade do poder*' foi elaborado pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano (1988).

neoliberais do *laissez-faire*, o objetivo maior da Economia é assegurar o livre funcionamento das forças do mercado. O Estado deve atuar com o mínimo de interferência sobre os chamados ‘*automatismos espontâneos*’, tema considerado de exclusiva competência das pessoas privadas, físicas ou jurídicas. Entretanto, conforme já assinalara Furtado, estes princípios se revelam estáticos. (Furtado. 1962).⁶ De fato a Econômica clássica parte da concorrência perfeita, considerando demonstrar que os mecanismos de mercado são suficientes para assegurarem a ótima utilização dos recursos e a racional distribuição do produto social.⁷ Porém, desde o final do século XIX, economistas como Hobbes, Hilferding e mesmo o liberal Stuart-Mill, duvidavam e concluíam que os mecanismos autocorretores do mercado não eram suficientes para evitar as bruscas e profundas crises econômicas, de elevado custo social.

As crises também foram preocupação de autores de vários países, influenciados pela Escola marginalista austríaco-alemã, e que se preocuparam em pesquisar e descobrir a regularidade dos ciclos econômicos, tais como L. Kondratieff, Clément Juglar e Kitchin, que buscaram identificar as causas da instabilidade cíclica do sistema capitalista, demonstrando a interdependência dos fenômenos reais e dos fenômenos monetários no surgimento das crises. Processo, aliás, já mencionado também por Karl Marx, no Livro III de *O Capital*. Finalmente, no século XX, a crise de 1929 revelava ao mundo os trabalhos de John Keynes, comprovando definitivamente a inexistência de automatismos que, no sistema capitalista, fossem capazes de assegurar o pleno emprego dos fatores disponíveis.

Keynes demonstrou a impossibilidade das economias maduras canalizarem de forma automática o processo espontâneo da poupança para o investimento, necessitando para isso da ingerência do Estado planejador, regulador e interventor na esfera econômica. Porém, para Keynes, tão logo a ação do Estado corrigisse as distorções e a economia atingisse o pleno emprego dos fatores produtivos da

⁶ A respeito, ver também a crítica aprofundada de Samir Amin, à validade das teorias marginalistas, aplicadas à realidade dos países periféricos. (Amin. 1974: 234-9).

⁷ Como exemplo, ver os textos de J. Bentham e, ainda, os do jovem Stuart-Mill.

nação, o Estado deveria restabelecer o funcionamento dos mecanismos autocorretores.

Entretanto, pensando na situação da Grã-Bretanha, o aparato conceitual keynesiano não se preocuparia em completar a análise do espaço nacional inserido na economia mundial, nem com aspectos do desenvolvimento em países periféricos.⁸ Daí que as análises neoclássicas e de seus seguidores, que ignoram a realidade histórica dos países periféricos, continuem a pregar que os problemas de empicilho ao desenvolvimento dos países periféricos resultam do falso diagnóstico da sua realidade, ao lado do qual atuam fatores internos, que perpetuam as estruturas duais facilitadas pela ação corrosiva de agentes corrompidos, próprio às realidades destes países.

Ao longo dos seus trabalhos, porém, Celso Furtado não se cansou em chamar a atenção para a necessidade dos economistas e cientistas sociais da América Latina se capacitarem para desenvolverem um esforço intelectual próprio, de enriquecimento e ao mesmo tempo de superação das teorias econômicas elaboradas nos países centrais. Alerta para o fato de que, em geral, estas teorias penetram nos países da América Latina e se fazem acompanhar por modismos tais como o neo e o pós-modernismo, que visam atrelar e bloquear nosso potencial de desenvolvimento. Apela para a capacidade de se (re)formular novas teorias, sempre que as hipóteses convencionais não possuam poder explicativo necessário para abarcar a realidade sobre a qual os economistas deveriam atuar. Nesse sentido, “*pensar que o mercado vai substituir o Estado, é uma ilusão*”, pois na ausência do Estado serão as grandes empresas (transacionais, sobretudo) que, possuindo planejamento próprio, passarão a comandar o processo nacional. (1962. Op.cit. pp.72-9).

Em *Mensagem aos jovens economistas*, publicado em 1999, escreve: “[...] o quadro em que se estabelece a racionalidade é político. Por isso a economia deve ser vista como um ramo da ciência política”. (1999:

⁸ S. Amin assinala que a teoria keynesiana dos efeitos multiplicadores, tão cara a CEPAL de Prebisch e Furtado, não podia ser mecanicamente aplicada à situação periférica, por corresponder à determinada situação do estágio avançado do capitalismo central, em sua fase monopolista. (Amin. Idem: 210).

80). Insiste ainda na necessidade de uma filosofia social e humanista que oriente a ação do economista, tendo como pano de fundo o critério de autodeterminação e a consciência da responsabilidade com os quais se devem projetar os objetivos irreduzíveis da ação política. Sua busca pela evolução material da sociedade está baseada na crença de que o desenvolvimento econômico só se dará caso seja acompanhado de autêntica liberdade. O que o leva a se opor aos aspectos anti-humanos do desenvolvimento brasileiro (capitalismo selvagem e agressivo, contraste entre desperdício e miséria dos sem-terra, dos sem-teto, dos sem-nada).

A realidade social, porém, não só é histórica, como está em constante mutação. Por isso, o homem deve estar no centro das preocupações do cientista social. Entretanto, o desenvolvimento pleno do indivíduo só poderá ser alcançado pela orientação racional das relações sociais. Fiel a estes princípios, expressos na *Pré-Revolução Brasileira* (1962) e em outros trabalhos, irá insistir na necessidade do economista possuir consciência plena dos objetivos (*meios e fim*) de sua ação política, que deve ser exercida em função do próprio destino de povo, nação e cultura que herdamos e dos quais somos agentes transmissores. Daí preocupar-se em responder à indagação expressa no Prefácio de *O longo amanhecer*: “[...] *que margem de autonomia nos resta para interferir no desenho de nosso porvir como nação?*”. (1999. Op.cit. p.9).

Rejeitando qualquer determinismo econômico, apela aos jovens economistas para que se tornem capazes de formular um verdadeiro *planejamento global*, transformador da realidade do país. Reafirma, portanto, nos tempos presentes, o compromisso que expressara na *Síntese do Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965)*, onde afirmava ser a função maior do Estado nacional brasileiro se tornar o principal instrumento do desenvolvimento desses ideais. Se, por um lado, o desenvolvimento econômico era, na época, condição considerada necessária para a realização do ideal do bem-estar social para todos (direito constitucional ao trabalho, educação, saúde, moradia, alimentação, previdência social etc), em um país continental, de extrema diversidade e desigualdade, como o nosso, esse bem-estar não poderia ser atingido sem uma autêntica política de desenvolvimento, formulada através de um adequado projeto de

Regina Maria A. F. Gadelha

planejamento econômico (global e setorial), com profundo enfoque e finalidade social. No texto do *Plano Trienal*, afirma: “A *planificação econômica não é objetivo que possa ser alcançado de uma vez. Constitui, em última instância, uma técnica de governar e administrar [...]*”. (Presidência da República. 1962: 16).

Nesse mesmo ano, escreve como Ministro: “*Política econômica é política, antes de ser economia. E toda política deve partir de uma clara percepção da realidade das forças profundas que já estão em movimento e que configurarão, em boa medida, o futuro*”. (1962. Op.cit. pp.68-9). Para ele, é irrealista o economista que não percebe que os problemas de política econômica exigem mais do que fórmulas para serem resolvidos. “*Na situação em que se encontra presentemente o Brasil, é dever de qualquer governo realizar uma política de desenvolvimento*”. Escreve:

“É dever do economista, particularmente daquele que atua no plano da política econômica, encarar a realidade desarmado de preconceitos doutrinários, diagnosticar essa realidade através do *pensamento reflexivo* e não do raciocínio intencional [raciocínio apriorístico]. Nisso reside a diferença entre a contribuição do economista para a tomada de consciência da realidade e a ação de um político profissional leigo. Contudo, se o economista parte de postulados doutrinários, sua atuação pode ser socialmente muito menos válida do que a do político leigo dotado de boa intuição”. (Idem. Ibidem: 70).

4. Considerações finais

Para concluir, transcrevemos algumas formulações que ilustram o que afirmamos sobre a atualidade do pensamento econômico de Celso Furtado. Em obra escrita há mais de 20 anos, quando a nação acreditou na cidadania e na democracia transformadora, Celso Furtado, analisando a situação de endividamento legada pelo Estado militarista, lembrava:

“*Condição essencial para que haja desenvolvimento é que se introduzam determinadas mudanças estruturais, que se reconstruam determinados segmentos da economia. As pressões in-*

flacionárias e os desequilíbrios de balanço de pagamentos acompanham com frequência esse esforço de reconstrução, devendo ser previstos e corrigidos no quadro de uma política a mais longo prazo. Existe, portanto, uma antinomia entre a lógica do desenvolvimento e o enfoque monetarista dos banqueiros”.

“Teremos que renunciar a ter uma política de desenvolvimento, da mesma forma que renunciámos, no fim do século passado, a ter uma política de industrialização? Devemos aceitar a crescente internacionalização dos circuitos monetários e financeiros com a conseqüente perda da autonomia de decisões? E isso numa fase em que o protecionismo dos países centrais se reafirma? Que conseqüências sociais se devem esperar de uma prolongada redução na criação de empregos?”.

“Não há política de desenvolvimento se a ação do Estado não se orienta de forma prioritária para a solução dos problemas sociais. Subordinar a política econômica à administração da dívida externa é grave. Mas não o é menos subordinar a solução dos mais urgentes problemas de uma sociedade à lógica de um crescimento econômico que não distingue entre o supérfluo e o essencial”. (1982: 64. Grifos nosso).

Referências bibliográficas

- ALBERTINI, J.-M. ; SILEM, A. *Comprendre les théories économiques*. Paris: Editions du Seuil, 1983. 2. v.
- AMIN, Samir. *El desarrollo desigual. Ensayo sobre las formaciones sociales del capitalismo periférico*. Barcelona: Editorial Fontanella, 1974. [Tradução: Nuria Vidal].
- CHOSSUDOVSKY, Michel. “Pobreza global no final do século 20”. *Revista PUC VIVA*. São Paulo: APROPUC, 4 (13): 40-8. 2001. [Tradução: Mario José de Lima].
- FURTADO, Celso. *O capitalismo global*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- _____. *A Nova Dependência: (Dívida externa e monetarismo)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- _____. *O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- _____. *Obra autobiográfica de Celso Furtado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. 3.v.
- _____. *A Pré-revolução brasileira*. 2.e. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.
- _____. *Subdesenvolvimento e estagnação da América Latina*. 2.e. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

Regina Maria A. F. Gadelha

_____. *Transformação e crise na economia mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADELHA, Regina Maria A. F. "Economia e Poder: U. Um enfoque interdisciplinar da visão de Poder". *Revista Brasileira de Direito Constitucional*. São Paulo: Editora Método/ESDC, 2: 307-14. julho-dez. 2003.

_____. Org. *Globalização, Metropolização e Políticas Neoliberais*. São Paulo: EDUC, 1997.

GUNNAR, Myrdal. *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. Rio de Janeiro: MEC/ISEB, 1960.

PREBISCH, Raúl. *Dinâmica do desenvolvimento latino-americano*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social: 1963-1965*. (Síntese). Dez. 1962.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidad del poder, globalización y democracia*. Caracas: Escuela de Estudios Internacionales y Diplomáticos 'Pedro Gual', 2000.

_____. *Modernidade, Identidad y Utopia en América Latina*. Lima: Sociedad y Política Ediciones, 1988.